

Associação dos Docentes da UFF

ADUFF
SSind

Seção Sindical do Andes-SN
Filiado à CSP/Conlutas

Abril de 2020
Jornal da ADUFF

Bolsonaro, Paulo Guedes (Economia) e empresários caminham em direção ao STF para defender o fim do isolamento social; na véspera do país atingir a triste marca de dez mil mortos, o presidente anunciou um churrasco nas dependências oficiais da Presidência, depois substituído por um passeio de jet ski no Lago Paranoá.



Na pandemia, defesa da vida ou do lucro se 'enfrentam'

Por um lado, universidades e saúde públicas se destacam na defesa da vida e no combate à mais grave pandemia em 100 anos; por outro, Bolsonaro e grandes empresários e banqueiros se unem na defesa de políticas que atacam os serviços públicos, reduzem ou congelam salários, pregam o fim do isolamento social e expressam preocupação em salvar CNPJs e não vidas



UFF contra a Covid-19

Aduff lançou campanha de divulgação das iniciativas na universidade de combate à pandemia. Em âmbito nacional, Andes-SN também divulga iniciativas em todo o país.

Editorial

Na pandemia, a meta tem que ser salvar vidas

Ao longo dos últimos anos vivemos um embate com setores conservadores e ultraneoliberais que atuam contra as universidades, as escolas e todas as esferas científicas de produção de conhecimento, de pesquisa, de ensino, de reflexão política e social.

Tais movimentos reacionários têm as mãos atadas às políticas que cortam verbas de setores públicos e sociais, privatizam, restringem concursos, eliminam bolsas de pesquisa, desvalorizam servidores. Contribuíram, assim, para prejudicar as pesquisas e para que o Sistema Único de Saúde, no que pese fundamental mesmo assim, com enormes debilidades para enfrentar a pandemia do coronavírus e salvar vidas.

Ajudaram a eleger um presidente que fala em churrasco e confraternização no palácio oficial no dia em que os mortos, na contagem subnotificada, ultrapassou a tristemente simbólica marca de 10 mil pessoas.

O embate que vivenciamos há alguns anos se encontra agora na disputa entre os que querem preservar vidas e os que atuam para salvar lu-

Os trabalhadores e trabalhadoras do SUS e das universidades públicas, apesar dos cortes, ampliados com a EC 95, multiplicam esforços para combater o vírus e ajudar a salvar vidas

Para isso, negam outra vez a ciência, as pesquisas, atacam as universidades e até profissionais de saúde – que hoje trabalham e morrem nas trincheiras da guerra contra a Covid-19. No campo das medidas governamentais, são impostos congelamentos e reduções de salários, eliminação de direitos trabalhistas, proibição de concursos públicos. Enquanto isso, a maior parte dos recursos públicos são direcionados para socorrer grandes empresários e bancos.

Por outro lado, os trabalhadores e trabalhadoras do SUS e das universidades públicas, apesar dos cortes, ampliados com a aplicação da EC 95

(teto dos gastos), multiplicam esforços para combater o vírus e ajudar a salvar vidas. No Hospital Universitário Antonio Pedro, cuja falta de condições de trabalho vem sendo denunciada, duas profissionais da Enfermagem perderam a vida – a elas, nossas homenagens póstumas; a familiares, amigos e colegas, nossa solidariedade.

Neste contexto, a Aduff-SSind, apesar da sede fechada e do distanciamento social, segue funcionando e atuando – utilizando-se para isso principalmente dos meios virtuais, como registrado nesta edição digital do jornal da entidade. A ideia é que, apesar das evidentes dificuldades do momento, estejamos distantes apenas fisicamente. Estarmos juntos é fundamental agora e posteriormente, quando mais ataques forem desferidos sob a justificativa da crise econômica.

Internamente, contestamos a decisão unilateral da Reitoria da UFF de exigir um novo plano de trabalho em meio a tantas incertezas sobre como serão as próximas semanas. Cobramos da administração da universidade uma atuação que tenha como princípio ouvir a comunidade acadêmica e os conselhos superiores.

Neste momento gravíssimo na história da humanidade, quando a principal meta tem que ser salvar vidas, a importância da educação, da saúde e dos serviços públicos é evidente. Como já mencionado, nos deparamos com setores que, sob falso discurso de preocupação social e econômica, advogam os interesses do capital e do lucro. Que tenhamos, dentro da Universidade Federal Fluminense, a sensibilidade de ouvir a comunidade acadêmica para construir a melhor política de funcionamento em tempos tão difíceis de pandemia e distanciamento social.

ADUFFZAP

21 97276-2018

Docentes da UFF podem se cadastrar no serviço, enviando mensagem para o número (21) 97276-2018. Por meio de listas de transmissão, o docente receberá boletins com informações de interesse da categoria, o que inclui comunicados de atividades e sobre ações jurídicas.



App Aduff

Aduff lançou aplicativo gratuito próprio, desenvolvido especialmente para a seção sindical dos docentes da UFF. O serviço já está em funcionamento e terá acompanhamento da carreira docente, notícias, comunicados, agenda e calendários acadêmicos e chat para falar com a seção sindical.

BOLETIM ONLINE

Escreva para cadastro@aduff.org.br e peça a inclusão do seu endereço eletrônico em nossa mala direta. Receba o Boletim da Aduff por e-mail com notícias e outras informações relevantes.

Aduff comunica fechamento temporário da sede

A sede da seção sindical está fechada desde 17 de março de 2020, em conformidade com as orientações contingenciais referentes ao Coronavírus (Covid-19). Todos os atendimentos estão sendo realizados durante o horário comercial, de 9h às 18h, via e-mail (aduff@aduff.org.br) ou por trocas de mensagem através do Whatsapp institucional: +55 (21) 98029-1656.

Os docentes que necessitarem de atendimento jurídico emergencial poderão acionar os advogados da seção sindical nas sextas-feiras, entre 9h e 13h, pelo telefone (21)-2505-9032; Whatsapp 99905-9032 ou e-mail (contato@boechatewagner.adv.br)

Pedimos que estejam atentos aos nossos canais de comunicação no site e no facebook.



Luciana, Ignez, Célia. Os nomes das três trabalhadoras do Hospital Universitário Antonio Pedro (Huap), vítimas fatais do coronavírus, foram lembrados no ato realizado por profissionais de saúde na unidade, em Niterói, no Dia da Enfermagem, 12 de Maio. A defesa de condições e segurança no trabalho e denúncia dos cortes de verbas marcaram a data, com protestos em hospitais universitários pelo país e na Praça dos Três Poderes, em Brasília. Maria Ignez Marques Procópio e Luciana Roberto de Souza contraíram o vírus enquanto trabalhavam no Huap, enquanto Célia Bastos Pereira, aposentada da unidade da UFF, trabalhava voluntariamente em outra unidade. A Aduff declarou apoio ao ato organizado pelo Sintuff e solidariedade com familiares, amigos e colegas das profissionais, que perderam suas vidas enquanto trabalhavam para salvar vidas.

Associação dos Docentes da UFF

ADUFF
SSind
Seção Sindical do Andes-SN
Filial à CSP/Conlutas

Edição concluída em 15 de maio de 2020

Biênio 2018/2020

Gestão: ADUFF Autônoma,
Democrática e de Luta

Presidente: Marina Cavalcanti Tedesco • **1º Vice-Presidente:** Waldyr Lins de Castro • **2º Vice-Presidente:** Carlos Augusto Aguilar Junior • **Secretária-Geral:** Adriana Machado Penna • **1º Secretário:** Isabella Vitória Castilho Pimentel Pedroso • **1º Tesoureiro:** Bianca Novaes de Mello • **2º Tesoureiro:** Edson Benigno da Motta Barros • **Diretoria de Comunicação (Tit):** Reginaldo Scheuermann Costa • **Diretoria de Comunicação (Supl):** Wilma Lucia Rodrigues Pessôa • **Diretoria Política Sindical (Tit):** Elizabeth Carla Vasconcelos Barbosa • **Diretoria Política Sindical (Supl):** Claudio Fernandes da Costa • **Diretoria Cultural (Tit):** Jairo Paes Selles • **Diretoria Cultural (Supl):** Ana Claudia Cruz da Silva • **Diretoria Acadêmica (Tit):** Douglas Guimarães Leite • **Diretoria Acadêmica (Supl):** Jacira Maria Machado de Oliveira

Editor
Hélcio L. Filho

Jornalistas
Aline Pereira
Lara Abib

Revisão:
Renake das Neves

Projeto gráfico e diagramação
Gilson Castro

Imprensa
imprensa.aduff@gmail.com

Secretaria
aduff@aduff.org.br

Sítio eletrônico
www.aduff.org.br

Facebook
facebook.com/aduff.ssind

Twitter
twitter.com/aduff_ssind

Impressão
Gráfica O Globo - 10 mil exemplares

Rua Professor Lara Vilela, 110 - São Domingos - Niterói - RJ - CEP 24.210-590 Telefone: (21) 3617.8200



Aduff move 5 ações judiciais em defesa dos direitos dos docentes durante a pandemia

Ações impetradas em abril correm na 3ª e 4ª Vara Federal de Niterói

Aline Pereira
Da Redação da Aduff

A Assessoria Jurídica da Aduff move cinco ações judiciais em defesa dos professores da UFF, sejam aposentados ou estejam na ativa, com o objetivo de reparar a perda de direitos trabalhistas ou financeiros. Todas as ações foram impetradas em abril, correm na 3ª e 4ª Vara Federal de Niterói.

Elas dizem respeito a supressão da Retribuição de Titulação (RT), decisão que afetou majoritariamente o vencimento dos aposentados; a Instrução Normativa 28/2020, e a efeitos provocados pela Emenda Constitucional 103/2019 (Reforma da Previdência do governo de Bolsonaro) – que trazem prejuízos financeiros à categoria. Três ações esperam primeiro despacho da Justiça e duas outras (revogação do §21 do art. 40 da CF pela EC 103/2019 e suspensão da RT) se encontram na fase de con-

testação, ou seja, de resposta do réu (União e UFF).

Segundo Marina Tedesco, presidente da Aduff, mesmo no contexto do isolamento social, necessário em tempos de pandemia da Covid 19, a diretoria está atenta e se mobilizando de todas as formas possíveis, diante da exigência do isolamento social, para defender os direitos trabalhistas dos docentes. “O governo federal foi eleito para retirar direitos e ele não vai parar de tentar mesmo diante da pandemia – período em que os direitos sociais e a defesa da vida deveriam ser fortalecidos”, diz Marina Tedesco.

O que pretende cada ação judicial?

Uma das ações pleiteia a manutenção do pagamento das Retribuições por Titulações (RT) a todos os docentes do Magistério Superior e EBTB da UFF, até que seja instaurado processo administrativo

regular e suspensas as restrições de deslocamento instauradas em razão da Covid-19. De acordo com nota da Reitoria da UFF, o corte é resultado de uma alteração unilateral do Ministério da Economia nos procedimentos referentes ao pagamento da RT.

Há pedido de tutela provisória para que se restabeleça a Retribuição por Titulação nos contracheques de março de vários aposentados da UFF, cujo valor foi subtraído sem que houvesse qualquer comunicação prévia da administração da Universidade.

A Reitoria da UFF orientou que os docentes enviassem ao DAP, por e-mail, a cópia digitalizada do diploma referente a sua maior titulação para restabelecimento do pagamento integral da remuneração.

Outro movimento importante é a ação civil pública movida pela assessoria jurídica da Aduff e de outras seções sindicais para contestar a Instrução Normativa 28/2020, do

Ministério da Economia. A IN nº 28/2020 orienta a supressão dos valores relativos à prestação dos serviços extraordinários; ao auxílio-transporte, ao adicional noturno e aos adicionais ocupacionais (de insalubridade, periculosidade, irradiação ionizante e gratificação por atividades com raios-x ou substâncias radioativas) aos servidores e empregados públicos que executam suas atividades remotamente ou que estejam afastados de suas atividades presenciais. A mesma determinação impossibilita ainda a modificação do período de férias já programado e a reversão da jornada reduzida prevista no art. 5º, da MP 2174-28. A ação do jurídico ataca um ato infralegal – a Instrução Normativa – que não pode modificar a regulamentação dos adicionais laborais, em especial nas condições presentes, em que, por conta da pandemia, não é dado ao servidor escolher a forma de prestação do serviço.

Efeitos da EC 103/2019

Em novembro de 2019, o governo de Jair Bolsonaro aprovou a Reforma da Previdência (Emenda Constitucional 103/2019), que trouxe impactos financeiros para muitos trabalhadores.

O relatório da Assessoria Jurídica do Andes - Sindicato Nacional alerta que as principais modificações trazidas pela Reforma se referem às mudanças nas regras de elegibilidade dos benefícios, seja pelo aumento da idade mínima ou do tempo de contribuição. Além disso, a EC 103 permite alterações nas regras de transição atualmente vigentes, além da previsão de institutos, que até então não existiam para o funcionalismo, como a possibilidade de se instituir equacionamento do déficit previden-

ciário entre os servidores, inclusive aposentados e pensionistas.

Assim, o jurídico da Aduff move três ações específicas de enfrentamento às perdas advindas com a Reforma da Previdência de Jair Bolsonaro:

a) Equacionamento de déficit atuarial e contribuições extraordinárias – A ação proposta pela Aduff contesta medidas de equacionamento de déficit atuarial previstas pela EC nº 103/2019, tais como: aumento da base de cálculo a aposentados e a pensionistas e a instituição de contribuição extraordinária, em decorrência da nova redação conferida ao art. 149, §§ 1º-A, 1º-B e 1º-C, da CF, bem como por conta do art. 9º, § 8º, da própria EC nº 103/19.

b) Revogação do §21 do art. 40 da CF pela EC 103/2019 - O parágrafo 21 do artigo 40, na redação conferida pela EC 47/05, dispunha que a contribuição previdenciária, devida pelos servidores aposentados e pensionistas portadores de doenças incapacitantes, apenas incidiria sobre as parcelas de proventos e de pensão que superassem o dobro do teto do RGPS.

O §21 do art. 40 foi revogado pela EC 103/2019, de modo que a base de cálculo das contribuições previdenciárias majorou, passando a incidir sobre o montante que superar o teto do RGPS, e não mais sobre o que excedesse o dobro desse valor.

c) Alíquotas progressivas instituídas pela EC 103/2019 - A alíquota previdenciária, antes fixada em 11% (onze por cento), passará a ser progressiva, de acordo com a nova redação trazida pela EC nº 103/19 ao § 1º do art. 149 da CF. Sendo necessário, para tanto, que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios editem Lei a instituindo. Entretanto, a própria Emenda, em seu art. 11, fixa alíquotas incidentes, enquanto não editada a Lei a que o art.149, § 1º, da CF faz alusão. Variando entre 7,5% e 22%, as novas alíquotas previstas pela Previdência, somadas ao desconto do Imposto de Renda, podem vir a assumir caráter confiscatório, o que é vedado pelo sistema constitucional brasileiro.



Aduff questiona Instrução de Serviço da Progepe sobre Plano de Trabalho

"A quem interessa um Plano de Trabalho quando não há condições para planejar?", questiona em nota direção da Aduff

Diretores da Aduff-SSind pediram ao reitor da UFF, Antonio Cláudio Lucas da Nóbrega, esclarecimentos sobre o Plano de Trabalho previsto na Instrução de Serviço 08/Progepe. Disseram não compreender por que, diante da regulamentação do trabalho remoto exigida pelo governo federal, a administração da universidade optou por um plano de trabalho. Em vez disso, poderia precisar quais são as atividades que seguem vigentes na universidade, durante a suspensão do calendário e diante da posição de não substituir o

ensino presencial por ensino a distância.

A direção da Aduff lançou campanha pela suspensão da IS da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas. Avalia ainda que os docentes não devem preencher quaisquer modelos de planos de trabalho, sejam eles individuais ou coletivos. A seção sindical colocou a assessoria jurídica da entidade à disposição dos docentes que se sintam constrangidos ou assediados em decorrência da IS 008/Progepe.

Na reunião com o reitor, a diretoria da Aduff destacou que a definição das ativida-

des que seguem vigentes é urgente, porque muitos docentes têm dúvidas sobre o que podem ou devem fazer durante o período de distanciamento social. "Mas este debate e as decisões que o sucedem precisam ocorrer nas instâncias colegiadas da universidade, com o intuito de promover o amplo debate entre seus servidores", defende a nota divulgada pela direção da Aduff.

A diretoria questionou ainda como é possível realizar um plano de trabalho em um cenário em que não se sabe o que acontecerá nas próximas semanas. "Como

é de conhecimento público, vivemos um quadro dramático em função do crescimento exponencial da curva da Ccovid-19 no Brasil, atingindo hoje, 12 de maio de 2020, o número aterrador de 11.309 mortos! A chance de o Plano de Trabalho não poder ser cumprido é grande, pois neste momento os docentes não têm qualquer controle sobre as condições necessárias para sua execução", diz a nota, que também levanta a preocupação com as possíveis consequências do não cumprimento do estabelecido. "A Reitoria pode garantir que ninguém vai ser

prejudicado pelas esferas superiores, em uma conjuntura onde temos um governo que toda semana tenta retirar nossos direitos e cortar nossos salários?", indaga.

A Aduff também argumentou que os atuais mecanismos de planejamento do trabalho e publicização de resultados são compatíveis e permitem a inclusão das atividades que os docentes têm realizado na quarentena. Atividades que, aliás, não foram interrompidas mesmo diante da falta de orientação do que compete ao trabalho remoto em um contexto de pandemia, assinala.

Aduff enviou ofício à Reitoria expondo dúvidas sobre funcionamento diante da suspensão do calendário acadêmico

Em ofício à Reitoria, Aduff expôs preocupações e solicitou reunião do CEPEX; mas entidade defende cautela com temas controversos em pauta

Diante da grande demanda de docentes com dúvidas sobre as regras de funcionamento de um conjunto de atividades da UFF, mediante a suspensão do calendário acadêmico, a diretoria da Aduff enviou documento à Reitoria da UFF, no final de abril, defendendo a convocatória de nova reunião virtual do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX), para tratar do assunto.

A reunião acabou sendo convocada, mas os pontos de pauta são motivo de preocupação. A direção da Aduff-SSind avalia que temas complexos e controversos precisam de um debate amplo e não são condizentes com decisões aceleradas. Para a seção sindical, a administração da universida-

de deveria detalhar e divulgar as orientações sobre as condições de funcionamento do conjunto de atividades autorizadas no artigo 3º da Decisão 109/2020, que suspende o calendário acadêmico na UFF. São elas: "atividades de cunho acadêmico e administrativo, definidas pela gestão superior, que possam ser planejadas, orientadas e executadas de modo remoto, sem prejuízo do fixado nesta Decisão e em normas superiores".

"O clima geral é de incertezas quanto ao funcionamento de atividades administrativas na suspensão do calendário. O que a gente sugere é que o Cepex complete a resolução que suspende o calendário acadêmico, dando ao regime das demais atividades a mes-

ma clareza que a nota da Prograd deu em relação à completa suspensão das aulas e a não substituição de atividades presenciais pelo ensino a distância", destaca Douglas Leite, professor do curso de Direito da UFF e integrante da diretoria da Aduff-SSind.

No documento enviado ao reitor Antonio Cláudio Lucas da Nóbrega, o sindicato faz indagações sobre os limites de validade das reuniões de colegiados departamentais na forma remota, dúvidas sobre o regime de funcionamento de serviços que a universidade habitualmente presta à comunidade e pedidos frequentes de informação sobre o status de procedimentos de interesse funcional.



Luiz Fernando Habuco

Aduff irá monitorar de perto o uso do questionário da Progepe

Assessoria jurídica da Aduff não verificou ilegalidades no documento; íntegra do parecer jurídico pode ser lido no site da seção sindical

Lara Abib
Da Redação da Aduff

Motivada pelas Instruções Normativas 19, 20, 21 e 27 do Ministério da Economia, a UFF editou, através da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progepe), as Instruções de Serviço 05 e 06, formalizando na Universidade um conjunto de medidas estabelecidas pelo Governo Federal diante da pandemia da Covid-19. Em ofício enviado aos Pró-Reitores, Superintendentes e Diretores de Unidades Universitárias, a Progepe solicita o levantamento dos quantitativos de servidores em diferentes situações e encaminha aos docentes o preenchimento semanal de um formulário com essas questões.

Em parecer sobre a legalidade do Ofício Circular 02/2020/PROGEPE/UFF, a assessoria jurídica da Aduff-SSind destaca que “mesmo diante de

toda desconfiança que geram as solicitações de informações contidas no Ofício Circular” entende “que essas informações só podem ser utilizadas como instrumento de avaliação das condições de saúde do pessoal” e orienta que os docentes preencham o questionário, observando as ressalvas da Nota Técnica e outras questões pertinentes que deverão ser observadas em cada caso concreto.

De acordo com a presidente da Aduff-SSind, Marina Tedesco, apesar de não apresentar nenhuma ilegalidade no formulário, a diretoria do sindicato irá monitorar de perto o uso do questionário – para que os dados fornecidos pelos servidores não sejam desviados da função que está sendo publicizada – e avalia que o documento precisa ser melhorado.

“Com esse governo, é inevitável que fiquemos



preocupados, haja vista tantas declarações esdrúxulas, de ataque ao isolamento social horizontal, aos servidores públicos e docentes das IFES. O formulário também precisa ser aperfeiçoa-

do para contemplar o trabalho remoto, nossa situação atual durante a pandemia. A Aduff estará atenta para que as informações não sejam usadas para intensificar a jornada de trabalho

docente e nem para respaldar a defesa do isolamento vertical, que vai na contramão do que especialistas na área da saúde na UFF e no mundo inteiro defendem”, finaliza.

Sem informatização na quarentena, progressões e promoções de docentes ficaram paradas na UFF

Em carta à Aduff, CCPD afirmou que processos de progressão terão prioridade no mapeamento, para digitalização posterior

Lara Abib
Da Redação da Aduff

O problema de morosidade no encaminhamento e implementação de progressões e promoções na UFF ganhou um novo capítulo diante da pandemia do novo coronavírus e das políticas de quarentena e isolamento social. Como os processos de progressões e promoções são feitos de forma física na universidade e não foram informatizados através do Sistema

Eletrônico de Informações (SEI) estão parados.

“Evidente que as políticas de isolamento social e de quarentena têm nosso total apoio. O acesso rápido das e dos docentes às progressões e promoções que têm direito já não ocorre dentro da nossa universidade durante seu funcionamento regular. A não informatização desses trâmites, que ocasiona a paralisação na pandemia, é mais uma prova que há um problema sério nas promoções e progressões dentro da UFF.

Não podemos deixar de lamentar essa paralisação num momento em que os servidores públicos estão sendo atacados em várias frentes e existe a perspectiva de congelamento das progressões e promoções”, destaca a presidente da Aduff-SSind, Marina Tedesco.

Provocada pela diretoria da Aduff-SSind, em documento enviado à CCPD no final de março, a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CCPD-UFF) informou que a maioria dos seus processos

tramita de forma física e que iniciará mapeamento desses processos para que passem a tramitar no formato eletrônicos. Em carta, a CCPD afirmou que processos de progressão terão prioridade no mapeamento, para digitalização posterior.

“Nosso compromisso é, ao retornarmos, realizarmos reuniões extraordinárias visando a análise dos processos paralisados em virtude da resposta à pandemia. (...) Ressaltamos que há necessidade de mapeamento dos

processos para que esses passem a tramitar no formato eletrônico e que todos os processos da CCPD que ainda não estão no SEI serão mapeados, sendo que iniciamos pelo processo de progressão”, afirmou em carta a presidente da CCPD, Carla Aparecida Florentino Rodrigues.

A Aduff-SSind continuará acompanhando a questão e na expectativa do mapeamento e digitalização dos processos de progressão, fundamentais para a carreira docente.



Universidades públicas e o SUS contra o coronavírus

Enquanto o governo Bolsonaro ataca o conjunto dos serviços públicos e os servidores e faz campanha para salvar empresas e não vidas, as universidades públicas e o Sistema Único de Saúde são protagonistas na luta contra a pandemia

Aline Pereira e Helcio Lourenço Filho
Da Redação da Aduff

O que seria do combate à pandemia do coronavírus não fossem a saúde, a pesquisa e as universidades públicas, integradas no Sistema Único de Saúde? Não é difícil imaginar o quanto o que já é uma enorme tragédia estaria muito pior.

Foi pensando nisso que a Aduff-SSind decidiu lançar uma campanha nas redes sociais para dar visibilidade às iniciativas da comunidade acadêmica da UFF relacionadas ao desafio de enfrentar

a pandemia, que na primeira semana de maio já havia matado mais de 8.500 brasileiros – isto em números oficiais, reconhecidamente muito subnotificados.

Em âmbito nacional, o Andes-Sindicato Nacional dos Docentes também lançou campanha pela valorização das universidades federais, estaduais e municipais, institutos federais, Cefet e seus e suas docentes e técnicos-administrativos: "O que alguns chamam de balbúrdia, nós chamamos de produção de conhecimento público". Se com pouco recurso essas instituições de ensino

já fazem muito, imagine se tivessem orçamento, carreira e infraestrutura adequados?", indaga texto de divulgação das iniciativas.

UFF

A Universidade Federal Fluminense é referência em ensino, pesquisa e extensão nas mais variadas áreas do conhecimento. Diversos projetos estão em curso, envolvendo docentes, discentes e corpo técnico, com o intuito de promover ações que minimizem os efeitos da pandemia causada pela Covid-19.

Ao dar visibilidade a es-

ses projetos em seus canais de comunicação, a Aduff considera a relevância social da UFF para os habitantes de Niterói, Angra dos Reis, Campos dos Goytacazes, Macaé, Rio das Ostras, Nova Friburgo, Petrópolis, Santo Antônio de Pádua e Volta Redonda – locais em que a universidade se faz presente.

A seção sindical solicita aos professores que enviem mensagem (imprensa.aduff@gmail.com) com imagens, caso as tenha, e um resumo (cerca de 10 linhas) sobre o projeto em desenvolvimento no contexto do coronavírus.

"Mesmo antes da pandemia, o governo Bolsonaro vinha atacando as universidades e a produção científica no Brasil de forma sistemática – seja com corte de recursos para a área, seja com um discurso que difama os servidores públicos. Neste momento de crise causada pela Covid-19, cujos efeitos ainda são minimizados pelo presidente da República, toda a sociedade precisa saber o quanto ações na área de ensino, pesquisa e extensão são ótimas aliadas no combate à disseminação do vírus", diz Marina Tedesco, presidente da Aduff.

Aduff realiza ações de solidariedade na pandemia

A Aduff também adquiriu impressora 3D para contribuir com a produção de máscaras, apoiando projeto social de professor da Engenharia UFF

Aline Pereira e Helcio Lourenço Filho
Da Redação da Aduff

A Associação de Docentes da UFF tem empreendido ações de solidariedade aos trabalhadores afetados pela conjuntura de pandemia causada pelo Covid-19. Isso também tem ocorrido em diversas outras seções sindicais do Andes-Sindicato Nacional.

No primeiro momento, houve disponibilização de recursos a moradores de comunidades carentes no Rio de

Janeiro e em Niterói e de assentamentos rurais do estado do Rio de Janeiro. O Fórum Sindical e Popular de Niterói – que conta com a participação da Aduff-SSind, outros sindicatos e movimentos sociais da cidade – se organiza para captar cestas básicas e distribuir para comunidades carentes da região.

A Aduff também adquiriu impressora 3D para contribuir com a produção de máscaras, visando atender aos profissionais de saúde, cola-

borando com o projeto social do professor James Hall, da Engenharia da UFF.

De acordo com Carlos Augusto Aguiar Junior, docente do Coluni e diretor da seção sindical, as ações de solidarie-

dade são extremamente importantes no atual contexto. "A classe trabalhadora é sempre a primeira a sofrer as consequências de qualquer crise econômica", disse.

Para ele, no entanto, é ne-

cessário explicar que a ação de solidariedade dos sindicatos não substitui a ação do poder público, que é financiado pelos impostos pagos por tudo que os trabalhadores produzem e consomem. Carlos critica ainda o fato de o governo federal ter oferecido uma ajuda básica de apenas R\$ 200. "Foi o Congresso Nacional que triplicou o valor – hoje em R\$ 600 – e ainda assim as pessoas têm tido dificuldades para receber", disse. Ele adverte que o governo adotou, por outro lado, ações benevolentes com os bancos e o grande empresariado. "As medidas que autorizaram a suspensão de contratos [de trabalho], quando os trabalhadores mais deveriam estar protegidos", avaliou.



Na pandemia, socorro a bancos vem junto com ataques a serviços públicos e a trabalhadores

Menos de 24h separaram duas decisões emblemáticas do Congresso acordadas com Bolsonaro: o PLP 39, que ataca os serviços públicos e os servidores, e a promulgação da PEC 10, que pode render mais de R\$ 1 tri a bancos



Ataques aos servidores - Os presidentes da Câmara, Rodrigo Neves, e do Senado, Davi Alcolumbre, na sessão do Congresso que promulgou a PEC 10, que beneficia o mercado financeiro. Na mesma semana, foi aprovado o PLP 39, que ataca servidores e os serviços públicos. Poucos dias depois, Bolsonaro falou em num futuro próximo não haver recursos para pagar salários de servidores. Além disso, em meio à pandemia, o Ministério da Economia estaria estudando o retorno dos servidores ao trabalho presencial. Já o presidente da Câmara, em entrevista coletiva, disse que com a crise a 'reforma' administrativa será muito mais dura.

Hélcio Lourenço Filho
Da Redação da Aduff

Menos de 24 horas separaram duas decisões emblemáticas no Congresso Nacional, tomadas após acordo com o governo de Jair Bolsonaro. A primeira foi no dia 6 de maio, quando o Senado Federal finalizou, por volta das 20h, a votação do projeto de socorro a estados e municípios. O PLP 39/2020 vem acompanhado do congelamento de salários, benefícios e outros itens das remunerações de servidores federais,

estaduais e municipais. Os trabalhadores e trabalhadoras da educação e da saúde foram excluídos desse congelamento, mas o presidente Jair Bolsonaro disse que vetará este item - mantendo o trecho que prevê a medida para todo o funcionalismo.

Já no dia 7 de maio, cerca de 21 horas depois, o Congresso Nacional promulgou a Proposta de Emenda Constitucional 10/2020, que, ao criar um orçamento paralelo para a União na pandemia, permite ao Banco Central comprar títulos de instituições fi-

nanceiras no inseguro mercado secundário. O dispositivo abre as portas para transações que, segundo o próprio Banco Central, podem render mais de R\$ 1 trilhão, sem considerar a correção monetária dos papéis, aos bancos.

A votação contra os serviços públicos foi unânime, apesar dos apelos de centenas de entidades sindicais para que os senadores não 'punissem' o funcionalismo, num momento em que ganha destaque a importância dos serviços públicos para enfrentar a pandemia do coronavírus e as

crises econômica e social. "A retirada de direitos de servidores públicos e a proibição de concursos é uma derrota, ainda que algumas categorias, como a nossa, tenham ficado de fora. O governo federal e a maioria dos parlamentares deste país um dia serão julgados, ao menos pela história, por se aproveitarem de um momento tão dramático quanto esse para executar o projeto do capital, ao qual estão a serviço e do qual se beneficiam", assinala a professora Marina Tedesco, presidente da Aduff-SSind.

Além do congelamento salarial, o PLP 39 diz que municípios, estados e União ficam impedidos de criar "cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa" e de promover quaisquer contratações, exceto "reposições decorrentes de vacância de cargos efetivos ou vitalícios".

As duas decisões do Congresso Nacional são simbólicas, mas não estão sozinhas na pandemia nos aspectos que tocam. Uma semana antes, os ministros do Supremo Tribunal Federal julgaram constitucional a Medida Provisória 927/2020, que permite, por exemplo, a empregadores antecipar férias e postergar pagamento delas. Pouco antes, a corte máxima do país também considerara legal outra medida, a MP 936/2020, que autoriza a redução de jornada de trabalho e de salários e a suspensão de contrato de trabalho no setor privado, mediante acordo individual entre empregado e empregador. Em comum nas duas medidas, a eliminação de direitos durante a pandemia e o afastamento dos sindicatos - deixando ao trabalhador o desafio de enfrentar e fechar acordos sozinho com o patrão - em plena crise sanitária e econômica.

Docentes criticam política fiscal por trás da "separação do orçamento"

Lara Abib
Da Redação da Aduff

Em debate ao vivo (live) realizado na página da Aduff-SSind, no dia 2 de abril, os economistas e professores da UFF, Victor Leonardo de Araujo e Rodrigo Depupo falaram dos "Impactos do coronavírus na Economia Brasileira" e comentaram, a pedido dos espectadores, sobre a PEC do Orçamento de Guerra.

Para Victor Leonardo, a crise da pandemia demonstra que as políticas de austeridade fiscal adotadas no Brasil e em outros países

não atendem à realidade atual. Ele defende que a separação de um orçamento restrito para a pandemia - proposta aprovada com a PEC do Orçamento de Guerra - resguarda um modelo de política fiscal que precisa ser questionado.

"Particularmente não gosto dessa ideia de separar orçamento porque é difícil de identificar o aumento do gasto público decorrente, exclusivamente, da pandemia. Boa parte dos gastos não vão ser extraordinários, ou pelo menos não deveriam ser. Quando isso tudo passar, vamos demitir os médicos contratados, fechar

os leitos reabertos? A PEC 10 abre excepcionalidade para pandemia, mas deixa intocado um problema permanente dos recursos públicos, que não é um problema de dinheiro mal gasto, é um problema de insuficiência de gastos, de subfinanciamento", destacou o docente da Faculdade de Economia da UFF, em Niterói.

O professor Rodrigo Depupo concorda e afirma que a pandemia está sendo considerada "um evento completamente externo do sistema econômico, embora tenha mostrado que há subfinanciamento público da saúde, não



Aduff debate a situação econômica e social na pandemia, pelo Facebook

só no Brasil, mas em diversos países do mundo. Existe a tentativa de separar as duas coisas e, ainda mais grave, de utilizar a pandemia como pretexto para passar refor-

mas, com interesses que já estavam postos e se distanciam muito do interesse da população", afirmou o professor da UFF de Campos dos Goytacazes.

Notas da Aduff

Fica que vai ter live!

Semanalmente, a página da Aduff no Facebook conta com a participação de pesquisadores da UFF para debater temas importantes nesta conjuntura de pandemia. Dia 2 de abril, os docentes de Economia Rodrigo Delpupo (UFF/Campos) e Victor Leonardo Araújo (UFF/Niterói) discutiram "Impactos do coronavírus na economia brasileira". Depois, no dia 9, foi a vez das professoras da UFF Eliany Salvatierra Machado (Departamento de Cinema e Vídeo) e Priscila Keiko C. Sakurada (Escola de Serviço Social da UFF) analisarem a "Produção científica das Humanas: fatos e relevância no contexto da atual pandemia".

"Educação a distância: desigualdade social e precarização no contexto de pandemia" foi o tema da live do dia 16, com as contribuições dos pesquisadores em Educação da UFF Ana Paula



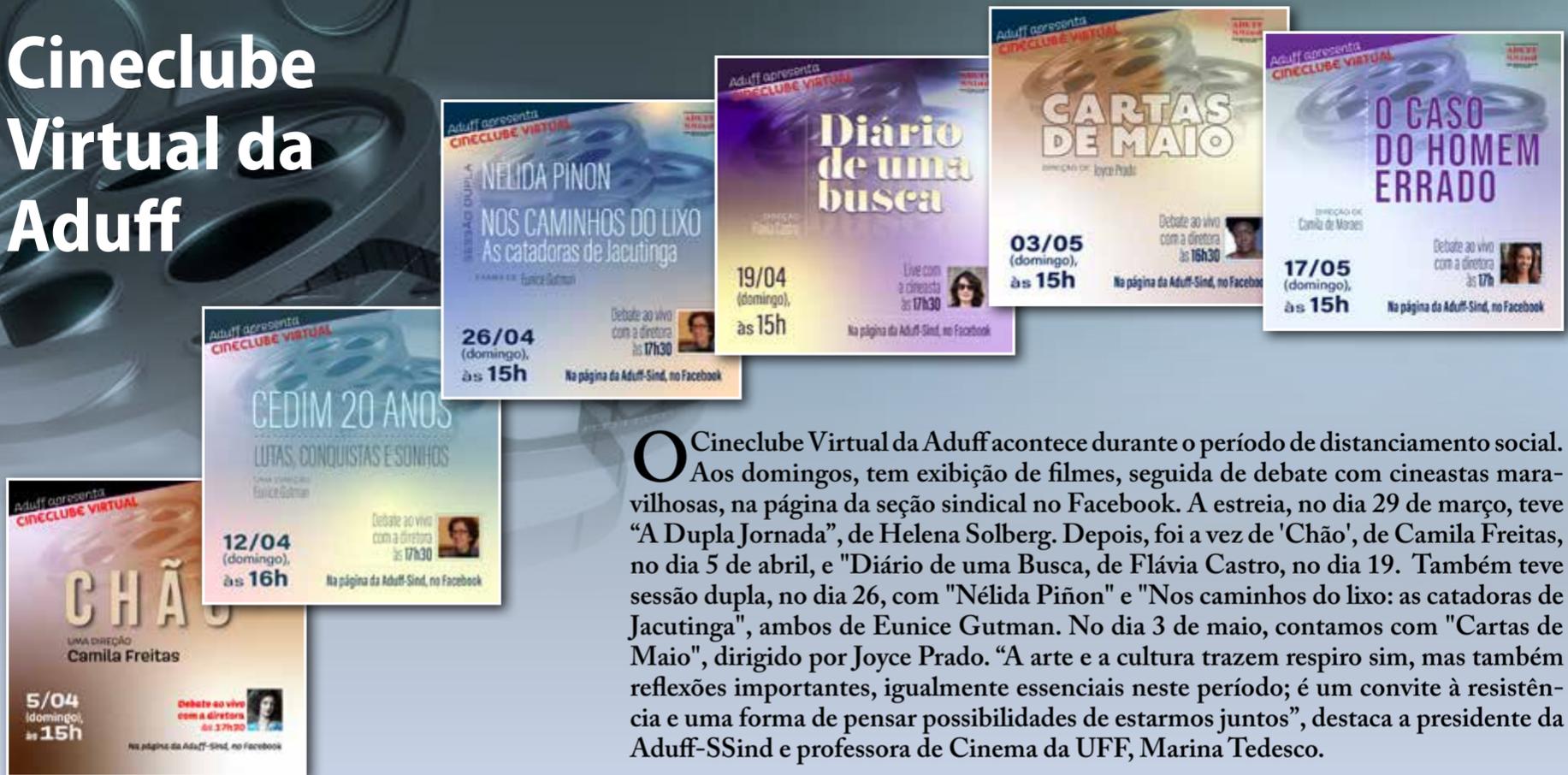
da Silva, do Instituto Federal de Ensino Superior, em Santo Antônio de Pádua; Cláudio Fernandes da Costa, do Instituto de Educação de Angra dos Reis e diretor da Aduff; e Kênia Miranda, da Faculdade de Educação, em Niterói.

Já Tatiana Poggi, professora de His-

tória Contemporânea do Instituto de História em Niterói, e Demian Melo, docente de História Contemporânea do curso de Políticas Públicas em Angra dos Reis debateram os "Ataque à Democracia". "A interface da UFF com o SUS" foi a questão abordada no dia 30, com as contribuições da psicóloga e professora da UFF em Pádua,

Maria Goretti Andrade Rodrigues; e Aluísio Gomes da Silva Júnior, médico sanitário e professor titular do Instituto de Saúde Coletiva. No dia 7 de maio, foi a vez do debate "Políticas econômicas que congelam e retiram direitos", com Eblin Farage, assistente social, professora da UFF e integrante da direção nacional do Andes-SN, e João Claudino Tavares, economista e docente da UFF em Rio das Ostras.

Cineclube Virtual da Aduff



O Cineclube Virtual da Aduff acontece durante o período de distanciamento social. Aos domingos, tem exibição de filmes, seguida de debate com cineastas maravilhosas, na página da seção sindical no Facebook. A estreia, no dia 29 de março, teve "A Dupla Jornada", de Helena Solberg. Depois, foi a vez de 'Chão', de Camila Freitas, no dia 5 de abril, e "Diário de uma Busca, de Flávia Castro, no dia 19. Também teve sessão dupla, no dia 26, com "Nélide Piñon" e "Nos caminhos do lixo: as catadoras de Jacutinga", ambos de Eunice Gutman. No dia 3 de maio, contamos com "Cartas de Maio", dirigido por Joyce Prado. "A arte e a cultura trazem respiro sim, mas também reflexões importantes, igualmente essenciais neste período; é um convite à resistência e uma forma de pensar possibilidades de estarmos juntos", destaca a presidente da Aduff-SSind e professora de Cinema da UFF, Marina Tedesco.

Bolsonarismo endêmico

Jair Bolsonaro demitiu o presidente do CNPq, João Luiz Filgueiras de Azevedo, no dia em que a instituição – ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – completava 69 anos. Há rumores de que Azevedo tomou conhecimento da demissão pelo Diário Oficial da União. Ambos divergiam em relação à forma como tem sido conduzida a produção científica no país, agravada pelos cortes de recursos públicos e desmonte no setor. O agrônomo Evaldo Ferreira Vilela, ex-reitor da Universidade Federal de Viçosa e atual presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), assumiu a agência.

Reitor toma posse

Contra a vontade do governo federal, que desrespeitou o resultado da consulta à comunidade escolar, o professor José Arnóbio de Araújo Filho foi empossado reitor do Instituto Federal do Rio Grande do Norte. A posse decorreu de decisão da Justiça Federal, que determinou o respeito ao processo interno de escolha do reitor. O desrespeito às consultas democráticas nas instituições federais de ensino tem sido recorrente no governo Bolsonaro. No mesmo período, o presidente não acatou o processo eleitoral do Instituto Federal de Santa Catarina.

STF declara inconstitucionalidade de lei municipal que proíbe debate de gênero nas escolas

“Ideólogos e políticos que apoiam Escola Sem Partido querem normalizar a exclusão como política de Estado”, afirma presidente da Aduff



A Aduff e o Andes participam das lutas contra a mordada na educação

Aline Pereira
Da Redação da Aduff

Os ministros do Supremo Tribunal Federal, em unanimidade, votaram contra uma lei municipal de 2015, que vetava a discussão de gênero em escolas de Novo Gama, em Goiás, por considerá-la inconstitucional. De acordo com o STF, em decisão do último dia 24 de abril, a referida lei “fere o direito à igualdade, a laicidade do Estado, a competência privativa da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional, o direito à liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento”.

A decisão do STF foi provocada pela Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF nº 457), proposta pela Procuradoria-Geral da República. Há ainda mais de uma dezena de ações relacionadas ao Escola Sem Partido para análise no STF.

O dito movimento cunhou o termo ‘ideologia de gênero’ – sem qualquer reconhecimento entre acadêmicos – para criminalizar debates que enfatizem questões ligadas à educação sexual, diversidade sexual, homofobia, lgbtfofia, transfobia, machismo e de violência contra a mulher.

De acordo com Marina Tedesco, presidente da Aduff, são projetos que evidenciam o absurdo da estratégia discursiva

da ideologia de gênero como recurso para a manutenção de um projeto de sociedade que violenta e mata as mulheres e as pessoas LGBTQI+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e transgêneros e demais pessoas que tenham outras identidades de gênero).

“Como dizem advogados, a decisão do STF é muito importante porque cria jurisprudência para que outras ações excludentes do tipo não se perpetuem. O Andes-SN e a Aduff combatem esse tipo de projeto desde que se conheceu o que era o Escola Sem Partido. O Andes-SN, inclusive, lançou a Frente Nacional Escola Sem Mordada [www.escolasemmordaca.org.br] e a Aduff participa, com outras entidades, da Frente em Defesa da Educação Pública, Gratuita, Inclusiva e Democrática de Niterói (FEPID)”, lembra Marina.

Segundo a docente, esse tipo de decisão do STF é uma vitória parcial que pode ser modificada, mas, ainda assim, deve ser celebrada. Diz ainda que é preciso mobilizar e fazer o convencimento à sociedade para demonstrar o quanto os ideólogos do Escola Sem Partido, que sempre tiveram como aliados os Bolsonaro, pretendem normalizar a exclusão como política de Estado. “São projetos que se inspiram e amparam em estratégia de violência e dominação do outro”, diz a sindicalista.

Aduff divulga balancetes de 2019

A diretoria da Aduff-SSind divulga, nesta edição, os balancetes referentes aos meses de agosto a dezembro de 2019, como parte da política de transparência na gestão da entidade.

Balancete de agosto de 2019	
Contribuição de Associados	364.971,76
Receita Operacional	364.971,76
Receita Financeira	34,82
Resgate / Aplicação	0,00
Saldo bancário anterior	38.992,10
Devoluções	0,00
Saldo caixinha anterior	87,35
RECEITAS	404.086,03
Ordenados	68.726,97
13º Salário	0,00
INSS	28.944,92
FGTS	6.070,46
Vale-transporte	3.402,65
Férias	0,00
Assistência Médica	7.766,16
Contribuição sindical	96,31
Vale Cultura	667,55
Despesas com Pessoal	115.675,02
Despesas tributárias (IRF, PIS etc)	9.251,59
Despesas bancárias	832,89
Honorários advogado	12.500,00
Honorários contador	1.038,32
Outros Prestadores de Serviços por PF	2.982,60
Despesas com veículo	200,00
Material de escritório	310,85
Telefone, água, luz, internet	3.664,87
Imprensa (divulgação, assinaturas, diagramação, jornais, gráficas etc)	29.564,13
Material de consumo copa/cozinha	635,42
Desp.com material permanente (imóvel, computadores, ar, telefonia etc)	8.806,46
Reuniões e eventos promovidos pela Aduff	1.587,13
Participação em reuniões da Andes, SPF (diárias, passagens, etc.)	15.405,80
Congresso Conlutas	2.684,00
AG Descentralizada	5.820,00
Outras Despesas	95.284,06
Andes-SN	72.751,74
Fundo Único Andes-SN	5.820,14
Doações a Entidades e Movimentos Sociais	30.542,06
CSP-Conlutas	14.259,34
Repasse a Entidades	123.373,28
TOTAL GERAL DAS DESPESAS	334.332,36
Disponibilidades	
Saldo de caixinha	282,30
Saldo em Conta Corrente de movimento	69.471,37
Saldo aplicado	484.692,18
Saldo em conta corrente conta Greve	144,43
Saldo aplicado	678.911,77
Saldo em conta corrente conta FGTS /Obra	880,81
Saldo aplicado	248.666,85

Após a decisão do STF, Escola Sem Partido incentiva violência física contra docentes

Após a decisão do STF, o movimento reacionário Escola Sem Partido publicou no twitter mensagem que incentiva a violência física contra os docentes. O texto do dia 25 de abril diz: "Ao declarar inconstitucionalidade de leis que proíbem ideologia de gênero no ensino fundamental, STF pode acabar levando país a fazer justiça com as próprias mãos para defender a integridade psíquica e moral dos seus filhos e o direito sagrado de educá-los. Professores que se cuidem".

Balancete de setembro de 2019	
Contribuição de Associados	376.803,26
Receita Operacional	376.803,26
Receita Financeira	46,68
Resgate/Aplicação	46.897,22
Saldo bancário anterior	69.471,37
Devoluções	102,08
Saldo caixinha anterior	282,30
RECEITAS	493.602,91
Ordenados	64.322,10
13º Salário	0,00
INSS	34.315,79
FGTS	7.323,31
Vale-transporte	4.227,80
Férias	0,00
Assistência Médica	10.158,24
Contribuição sindical	100,62
Vale-Cultura	667,55
Despesas com Pessoal	121.115,41
Despesas tributárias (IRF, PIS etc)	11.285,25
Despesas bancárias	805,89
Honorários advogado	12.500,00
Honorários contador	0,00
Outros Prestadores de Serviços por PF	2.983,20
Despesas com veículo	100,00
Material de escritório	831,69
Telefone, água, luz, internet	3.440,05
Imprensa (divulgação, assinaturas, diagramação, jornais, gráficas etc)	43.800,67
Material de consumo copa/cozinha	1.236,58
Desp.com material permanente (imóvel, computadores, ar, telefonia etc)	6.425,53
Reuniões e eventos promovidos pela Aduff	1.058,78
Participação em reuniões da Andes, SPF (diárias, passagens, etc.)	12.551,01
Congresso Conlutas	5.584,00
AG Descentralizada	4.965,00
Outras Despesas	107.567,65
Andes-SN	75.262,14
Fundo Único Andes-SN	6.020,97
Doações a Entidades e Movimentos Sociais	11.538,10
CSP-Conlutas	14.751,38
Repasse a entidades	107.572,59
TOTAL GERAL DAS DESPESAS	336.255,65
Disponibilidades	
Saldo de caixinha	344,56
Saldo em Conta Corrente de movimento	157.002,70
Saldo aplicado	439.786,11
Saldo em conta corrente conta Greve	83,35
Saldo aplicado	681.138,75
Saldo em conta corrente conta FGTS /Obra	783,86
Saldo aplicado	249.387,47

Balancete de outubro de 2019	
Contribuição de Associados	369.111,71
Receita Operacional	369.111,71
Receita Financeira	94,96
Resgate/Aplicação	0,00
Saldo bancário anterior	157.002,70
Devoluções	690,00
Saldo caixinha anterior	344,56
RECEITAS	527.243,93
Ordenados	57.490,23
13º Salário	0,00
INSS	31.009,77
FGTS	6.415,03
Vale-transporte	3.122,70
Férias	27.276,84
Assistência Médica	7.821,98
Contribuição sindical	104,65
Vale-Cultura	667,55
Despesas com Pessoal	133.908,75
Despesas tributárias (IRF, PIS etc)	10.163,61
Despesas bancárias	811,89
Honorários advogado	14.500,00
Honorários contador	2.035,92
Outros Prestadores de Serviços por PF	3.610,50
Despesas com veículo	859,80
Material de escritório	213,30
Telefone, água, luz, internet	3.697,44
Imprensa (divulgação, assinaturas, diagramação, jornais, gráficas etc)	32.674,46
Material de consumo copa/cozinha	423,02
Desp.com material permanente (imóvel, computadores, ar, telefonia etc)	9.996,17
Reuniões e eventos promovidos pela Aduff	8.819,43
Participação em reuniões da Andes, SPF (diárias, passagens, etc.)	25.549,16
Congresso Conlutas	12.185,80
II EBTT	3.450,00
Outras Despesas	128.990,50
Andes-SN	73.742,59
Fundo Único Andes-SN	5.899,41
Doações a Entidades e Movimentos Sociais	8.160,00
CSP-Conlutas	14.453,55
Repasse a Entidades	102.255,55
TOTAL GERAL DAS DESPESAS	365.154,80
Disponibilidades	
Saldo de caixinha	114,56
Saldo em Conta Corrente de movimento	161.974,57
Saldo aplicado	441.681,30
Saldo em conta corrente conta Greve	22,33
Saldo aplicado	683.449,28
Saldo em conta corrente conta FGTS /Obra	687,58
Saldo aplicado	250.134,53

Balancete de novembro de 2019	
Contribuição de Associados	378.004,31
Receita Operacional	378.004,31
Receita Financeira	102,44
Resgate/Aplicação	0,00
Saldo bancário anterior	161.974,57
Devoluções	0,00
Saldo caixinha anterior	114,56
RECEITAS	540.195,88
Ordenados	64.149,33
13º Salário	29.613,11
INSS	32.745,89
FGTS	6.522,72
Vale-transporte	3.229,35
Férias	0,00
Assistência Médica	9.007,71
Contribuição sindical	104,65
Vale-Cultura	667,55
Despesas com Pessoal	146.040,31
Despesas tributárias (IRF, PIS etc)	12.799,24
Despesas bancárias	808,89
Honorários advogado	13.515,00
Honorários contador	1.038,32
Outros Prestadores de Serviços por PF	3.502,77
Despesas com veículo	300,00
Material de escritório	1.354,54
Telefone, água, luz, internet	4.093,76
Imprensa (divulgação, assinaturas, diagramação, jornais, gráficas etc)	31.942,59
Material de consumo copa/cozinha	460,03
Desp.com material permanente (imóvel,computadores,ar, telefonia etc)	7.632,20
Reuniões e eventos promovidos pela Aduff	2.668,64
Participação em reuniões da Andes, SPF (diárias, passagens, etc.)	35.547,95
II EBTT	690,00
AG Descentralizada	6.165,00
Festa do Professor	41.796,55
Outras Despesas	164.315,48
Andes-SN	75.557,54
Fundo Único Andes-SN	6.044,60
Doações a entidades e movimentos sociais	8.316,00
CSP-Conlutas	14.809,28
Repasse a entidades	104.727,42
Composição fundo de greve	415.083,21
TOTAL GERAL DAS DESPESAS	401.467,03
Disponibilidades	
Saldo de caixinha	668,66
Saldo em conta corrente de movimento	124.444,01
Saldo aplicado	441.605,11
Saldo em conta corrente conta Greve	0,00
Saldo aplicado	686.115,10
Saldo em conta corrente conta FGTS /Obra	591,37
Saldo aplicado	250.632,41

Balancete de dezembro de 2019	
Contribuição de Associados	375.114,06
Receita Operacional	375.114,06
Receita Financeira	66,80
Resgate/Aplicação	-69.999,71
Saldo bancário anterior	124.444,01
Devoluções	166,00
Saldo caixinha anterior	668,66
RECEITAS	430.459,82
Ordenados	0,00
13º Salário	61.855,09
INSS	6.539,29
FGTS	3.656,80
Vale-transporte	17.840,87
Férias	10.634,13
Assistência Médica	104,65
Contribuição sindical	667,55
Vale-Cultura	667,55
Despesas com Pessoal	163.648,38
Despesas tributárias (IRF, PIS etc)	9.497,93
Despesas bancárias	805,89
Honorários advogado	13.800,00
Honorários contador	2.035,92
Outros Prestadores de Serviços por PF	3.309,20
Despesas com veículo	120,00
Material de escritório	332,00
Telefone, água, luz, internet	3.627,71
Imprensa (divulgação, assinaturas, diagramação, jornais, gráficas etc)	55.444,72
Material de consumo copa/cozinha	905,51
Desp.com material permanente (imóvel,computadores,ar, telefonia etc)	8.837,37
Reuniões e eventos promovidos pela Aduff	3.281,70
Participação em reuniões da Andes, SPF (diárias, passagens, etc.)	10.714,35
II EBTT	7.578,19
AG Descentralizada	1.180,00
Festa do Professor	15.780,00
Outras Despesas	137.250,49
Andes-SN	74.990,41
Fundo Único Andes-SN	5.999,23
Doações a entidades e movimentos sociais	8.783,50
CSP-Conlutas	14.698,12
Repasse a entidades	104.471,26
TOTAL GERAL DAS DESPESAS	405.370,13
Disponibilidades	
Saldo de caixinha	214,32
Saldo em conta corrente de movimento	24.875,37
Saldo aplicado	513.076,76
Saldo em conta corrente conta Greve	0,00
Saldo aplicado	686.115,10
Saldo em conta corrente conta FGTS /Obra	495,47
Saldo aplicado	251.211,13

Negacionismo e revisionismo histórico servem ao projeto conservador e extrapolam muros da Universidade

A historiadora Tatiana Poggi comenta as exaltações do governo à ditadura empresarial-militar no Brasil, que completou 56 anos em 31 de março

Aline Pereira
Da Redação da Aduff

Em tempos de tantos retrocessos, quando há setores que se beneficiam de práticas que promovem desinformação e *fakes news*, Tatiana Poggi, professora do curso de História Contemporânea da UFF, comenta as exaltações à ditadura empresarial-militar (de 1964 até 1985) feita por lideranças políticas brasileiras recentemente, entre elas, o vice-presidente Hamilton Mourão, ao final de março – data dos 56 anos do golpe que silenciou, torturou e assassinou quem ousou se manifestar contra a ascensão dos militares ao poder.

Tatiana Poggi explica que há duas correntes de interpretação que disputam com as práticas historiográficas amparadas pela perspectiva crítica. Uma delas é o negacionismo – aquela que, por exemplo, afirma não ter havido ditadura, nazismo, fascismo, escravidão e afins.

A outra corrente, de perfil liberal-conservador, é o revisionismo, que não necessariamente vai negar a existência da ditadura e outros eventos históricos. Terá como principal ponto de argumentação um suposto apoio generalizado da sociedade à ditadura,

não considerando as estratificações sociais, interesses de classe e legitimando o discurso de que era necessário proteger o país de uma suposta ameaça comunista. “Não considera as estratificações sociais, os grupos de poder e ainda aqueles que se beneficiaram daquele regime. Também não critica o discurso que se apoia em uma doutrina de segurança nacional em vista de ameaça comunista”, afirma Tatiana Poggi.

Ela revela que a corrente revisionista se preocupa em coletar fontes de época, mas que não consegue fazer a devida crítica à documentação. “Um exemplo é uma pesquisa de opinião feita à época, já durante o regime militar, pela qual as pessoas não diziam ser contra a ditadura. Quem naquelas circunstâncias afirmaria não apoiar o regime? Essa corrente revisionista não leva em conta o impacto do medo, uma questão-chave para entender aquele contexto. Isso não necessariamente queria dizer que houvesse um consenso de toda a sociedade com a ditadura”, explica a docente. “Fazer escolhas num período de terror é diferente de fazer escolhas num período democrático”, complementa.

Segundo Tatiana Poggi, no Brasil, especificamente, os revisionistas vão se inspirar em uma discussão que vem da memória construída sobre o papel desempenhado pela resistência francesa durante o Holocausto e de uma historiografia europeia que muitas vezes, na visão deles, superestimava o papel da resistência e não olhava para os níveis de apoio social que o fascismo teve na Europa.

Pode-se afirmar, então, que os revisionistas apresentam a visão que melhor convém para disseminação de um dado projeto político. “No caso da ditadura, não vão criticar, por exemplo, o argumento utilizado pelo próprio regime para justificar o golpe, segundo o qual foi necessário para ‘salvar’ a democracia, garantir a segurança nacional e, assim, impedir o perigo vermelho comunista”, analisa a docente. “Não vão fazer a crítica de que não havia real ameaça comunista”, comenta Tatiana.

Para a docente, a popularização do negacionismo e do revisionismo histórico tem muitos impactos sociais negativos. “Ambos igualam as condições de participação política dos sujeitos numa democracia e num regime au-

toritário, como se os dois ambientes, as correlações de força e a possibilidade de ação dos sujeitos fossem os mesmos. Depois, ocultam a alienação e não colocam em jogo o papel de manipulação e da dificuldade de entendimento de uma determinada situação social. Além disso, desprezam

totalmente a importância dos direitos civis, políticos e humanos. Há no negacionismo uma clara naturalização da tortura, da violência, dos sequestros, das prisões sem capacidade de defesa. Para os tempos que vivemos, essa é uma das piores consequências”, explica Tatiana Poggi.

“Bolsonaro expressa um projeto fascista”, diz Demian Melo, docente da UFF em Angra, em live no face da Aduff

Professor afirma que o atual governo é o mais militarizado desde a redemocratização

“Ataques à democracia” foi o tema de uma das lives semanais que a Aduff organizou recentemente, na página da seção sindical no Facebook. Contou com a participação dos professores de História Contemporânea, Tatiana Poggi (UFF/Niterói), e Demian Melo (UFF/Angra dos Reis). Eles comentaram o ascenso do conservadorismo no cenário político brasileiro e mundial.

Para Demian Melo, Bolsonaro é resultado de uma crise de hegemonia que assola a contemporaneidade e expressa um projeto fascista. “Ele fala contra a política, mas está há 30 anos na política, inseriu os filhos na política, e a política gira em torno de um clã; é um político tradicional. Bolsonaro tem uma trajetória inicial como membro das Forças Armadas, se lança como candidato e vai ser reeleito diversas vezes por causa dessa ligação. Tem ligação com as polícias, principalmente a militar, que são forças auxiliares das Forças Armadas – um legado da ditadura. Ele é ligado ao porão da ditadura. Tanto que o ícone do Bolsonaro é o Ulstra e não o Geisel”, analisa o docente.

Demian observa que o atual governo é o mais militarizado desde o fim da ditadura militar e que há uma ideologia por trás desse grupo que hoje ocupa cargos estratégicos. “A missão revisionista das Forças Armadas é muito presente, eles nunca deixaram de comemorar o golpe de 1964”, analisou.

Aduff participa da Marcha Virtual pela Ciência

Para presidente da seção sindical, é necessário denunciar negacionismo científico propalado pelo governo e cortes no setor

Aline Pereira
Da Redação da Aduff

Aduff participou da Marcha Virtual pela Ciência – organizada pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que movimentou as redes sociais no dia 7 de maio, com debates sobre o tema. Houve ainda tuitagem com as hastags: #Fique em Casa com a Ciência; #Educação, Saúde e Democracia;

#Ciência é Investimento Social; #paCTopelaVida.

Marina Tedesco, presidente da Aduff, lembra que a seção sindical tem participado das ações da SBPC nos últimos anos, a despeito de divergências em relação ao projeto de Educação, Universidade e Ciência Públicas. Na página da Aduff no Facebook, um vídeo comemorou a atuação da comunidade da UFF em ati-

vidades pela defesa e popularização do conhecimento científico realizadas nos últimos dois anos.

“Diante de tantos ataques, precisamos reforçar a unidade nos pontos em que temos acordo e denunciar todo o negacionismo científico e o movimento anti-ciência, terraplanista, criacionista e do design inteligente incentivado pelo governo Bolsonaro”, disse a docente.



Com visão utilitarista da pesquisa científica, Bolsonaro ataca Ciências Humanas e Sociais

Em meio ao contexto da pandemia, pesquisadores da UFF comentam a importância das Ciências Humanas e Sociais

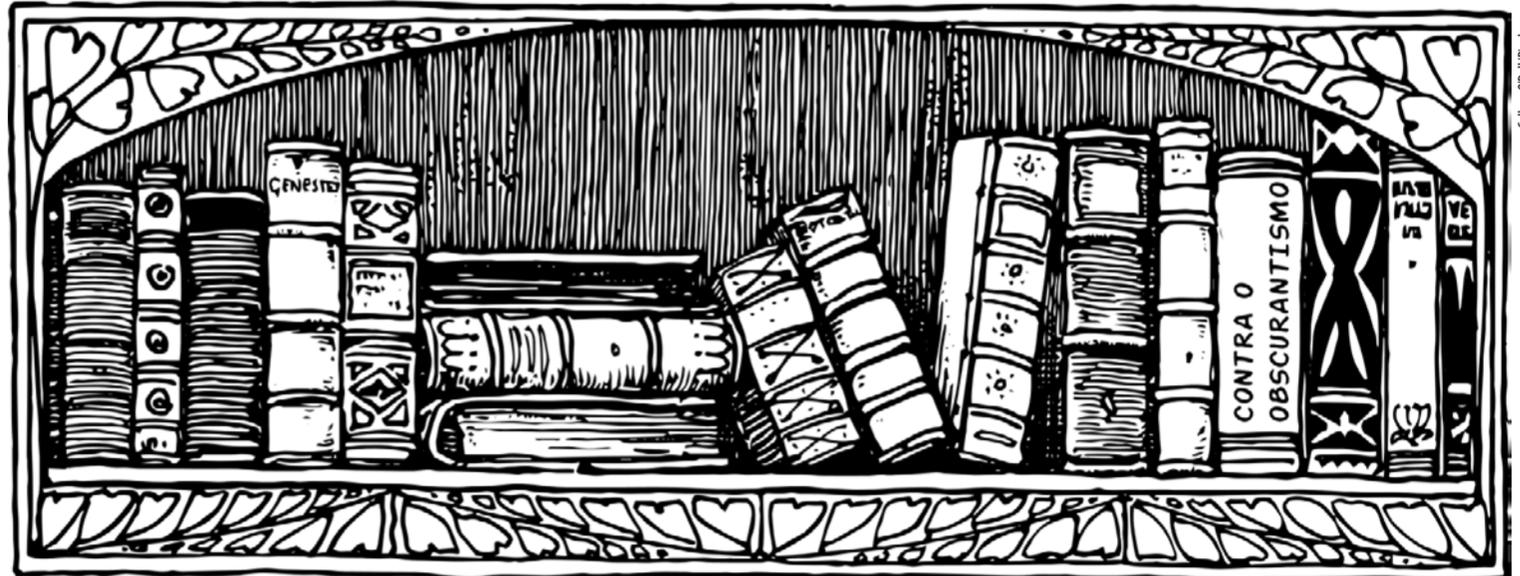
Aline Pereira
Da Redação da Aduff

Com quase 18 meses de gestão, Jair Bolsonaro e o grupo que o acompanha adotaram discursos e práticas que evidenciam o desprezo pelo conhecimento científico produzido nas instituições públicas de ensino superior. Houve aprofundamento do corte de recursos para universidades e institutos científicos, o esvaziamento de programas de fomento e a drástica redução de verbas e de bolsas para instituições como o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) – respectivamente vinculadas ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e ao Ministério da Educação.

O Ministério da Ciência e Tecnologia publicou a portaria 1.122, de 19 de março, que excluía áreas do conhecimento – como Ciências Básicas, Aplicadas, Humanas e Sociais – da alocação de recursos do CNPq e da Finep (Financiadora de Estudos e Projetos) entre 2020 e 2023. A dotação orçamentária priorizaria apenas projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovações para cinco áreas de tecnologias: Estratégicas; Habilitadoras; Produção; Desenvolvimento Sustentável; Qualidade de Vida.

A medida causou indignação na comunidade acadêmica e entre sindicatos e a portaria foi alterada. Em novo texto, o ministério adicionou o parágrafo único: “São também considerados prioritários, diante de sua característica essencial e transversal, os projetos de pesquisa básica, humanidades e ciências sociais que contribuam para o desenvolvimento das áreas definidas nos incisos I a V do caput”.

A Aduff e o Andes-SN seguem reivindicando a revoga-



ção da portaria 1.122 na integralidade, por entenderem que reproduz a visão obscurantista e elitista do governo atual de que a ciência tem apenas caráter utilitário, deve estar voltada para o Capital, e que pesquisas e produção do conhecimento nas áreas de Ciências Sociais e Humanas são descartáveis.

Neste contexto, o governo publicou ainda a Portaria 34, que alterou de forma abrupta processos em curso de concessão de bolsas da Capes no país, que pode levar à redução de bolsas de mestrado e de doutorado – com impacto especialmente significativo para novos cursos e para os classificados com notas 3 e 4.

Ataques compõem projeto maior, afirmam docentes

Ana Paula Mauriel, docente da Escola de Serviço Social da UFF, afirma que os ataques não podem ser compreendidos de forma isolada, sobretudo quando o governo se volta para um projeto que pretende reestruturar a função social da Universidade, tal como o ‘Future-se’. “Eles compõem parte de um processo de reorientação do sistema nacional de pós-graduação em direção ao reforço da mercantilização da pesquisa, da produção de conhecimento e da formação pós-graduada, em que um dos principais vetores aponta para o alinhamento entre programas de

pós-graduação e empresas, reforçando a submissão da produção de conhecimento aos parques tecnológicos e requisitos econômicos. Por outro lado, revela uma visão distorcida de ciência, em que só é ciência a produção de tecnologia voltada ao desenvolvimento econômico submetida à lógica do mercado”, afirma a docente.

Para ela, entender para que, por que e para quem se pesquisa e se produz conhecimento são questões fundamentais para conectar a pesquisa com as demandas sociais e as lutas por transformações profundas no Brasil e em outros países. “Nesses tempos de decadência cultural, a importância das ciências humanas e sociais ganha vitalidade com base real na luta pela vida, quando é perceptível que o direito à vida é colocado em questão”, diz a docente.

A professora Eliany Salvatierra Machado, do Departamento de Cinema e Vídeo, também destacou a importância desta área durante debate promovido pela Aduff na internet. “As Ciências Humanas têm produções maravilhosas em todas as suas áreas e em seus campos disciplinares, campos de produção e de formação. Não formamos cientistas de um dia para o outro, é um processo; a formação de pesquisadores leva, às vezes, dez anos e uma

sociedade que não reconhece os saberes e que não valoriza as diversas formas de apreensão da realidade e do conhecimento é uma sociedade que cai no obscurantismo, que se cega porque talvez não queira ver – sem nenhuma analogia com a Iluminação e todo o projeto do Iluminismo”, disse De acordo com Priscila Keiko Sakurada, docente do Departamento de Serviço Social da UFF, no senso comum, quando se fala das Ciências Humanas, as primeiras identificações são aquelas ligadas à docência ou de alguém que apenas pensa a sociedade. “Só que esquecem que os profissionais des-

ta área também estão atuando nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais (saúde, assistência social, previdência, judiciário, habitação, educação, movimentos sociais e outros) e trabalhando na elaboração, planejamento e execução de políticas públicas, programas, serviços, políticas sociais e atendimentos”, diz. “Não é um mero profissional que teoriza e fala da sociedade, é um profissional dotado de conhecimentos que vai contribuir na mediação das condições objetivas que atravessam a complexidade das relações sociais e na forma como nos relacionamos com o meio ambiente”, considera.

CNPq da era Bolsonaro exclui Ciências Humanas e Sociais de seleção Pibic

No dia 23 de abril, a página eletrônica do CNPq informou que haverá Chamada Pública para a concessão de 25 mil bolsas do Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC), que devem vigorar entre agosto de 2020 e julho de 2021. No entanto, afirma que são áreas prioritárias apenas aquelas já definidas pelo MCTIC por meio das Portarias nº 1.122, a saber: Tecnologias estratégicas; Tecnologias habilitadoras; Tecnologia de produção; Tecnologias para o desenvolvimento sustentável e Tecnologias para qualidade de vida.

As Ciências Humanas e Sociais compete um parágrafo condicionando os projetos apresentados àqueles que contribuam para as áreas consideradas prioritárias pelo atual governo. “São também considerados prioritários, diante de sua característica essencial e transversal, os projetos de pesquisa básica, humanidades e ciências sociais que contribuam, em algum grau, para o desenvolvimento das Áreas de Tecnologias Prioritárias do MCTIC e, portanto, são considerados compatíveis com o requisito de aderência solicitado”, diz o CNPq.

Atos do 1º de Maio: defesa da vida, não do lucro

Manifestações do dia da classe trabalhadora em defesa da vida humana contrastam com ações de Bolsonaro e empresários para pôr fim ao isolamento social e preservar CNPJs



Reprodução da tela "Operários", obra de 1933 de Tarsila Amaral

Hélcio Lourenço Filho
Da Redação da Aduff

Na véspera do número de mortos pelo coronavírus, na subnotificada contagem oficial, ultrapassar as dez mil vítimas, Jair Bolsonaro anunciou um churrasco. Desmarcado ao que tudo indica pela repercussão negativa, o evento festivo com ministros nas dependências oficiais da Presidência foi substituído por um passeio de jet ski no Lago do Paranoá, em Brasília. Na mesma semana, o presidente havia ido com empresários, à pé, até o Supremo Tribunal Federal para defender o fim do isolamento social. A impressão que ficou - expressada literalmente na fala de um empresário: é preciso salvar CNPJs, mesmo que isso mate mais CPFs.

Nos atos virtuais, por meio das redes sociais, que marcaram o 1º de Maio, dia internacional da classe trabalhadora, prevaleceu outra visão do que se passa no Brasil e no mundo. Nestas manifestações, fez-se constar que o que importa é salvar vidas, não o lucro de empresários ou banqueiros. Os impactos sociais da crise econômica, ressaltou-se, podem

ser compensados no momento com políticas públicas emergenciais. "Nós estamos vivendo um momento que confirma a tese de que o capitalismo, além de ser incontrolável, além de ser expansionista, e por conta disso profundamente destrutivo, adquire um traço que ocorre em alguns momentos da sua história: o traço pandêmico, ele se torna letal. O que eu quero dizer é que a pandemia não é um fenômeno biológico, separado do mundo. Se o mundo não fosse o mundo da destruição, da fome, das guerras, da destruição ambiental, da destruição da dignidade humana, nós não teríamos naturalmente sido pegos tão brutalmente de surpresa frente a essa situação pandêmica" disse o sociólogo Ricardo Antunes, professor da Unicamp (Universidade Esta-

dual de Campinas), no ato organizado pelo Fórum Nacional em Defesa de Direitos e das Liberdades Democráticas.

Em outro recente debate, o pesquisador do trabalho já havia assinalado o que considera ser crucial hoje. "Não é fácil para a humanidade perceber qual é a questão central do seu tempo. Na Revolução Francesa, a questão crucial foi liberdade, igualdade, fraternidade. Na revolução Russa, pão, paz e terra. A questão crucial do nosso tempo hoje, e os sindicatos têm que trabalhar isso, pode ser colocado nesse binômio: é a vida contra o lucro. Não é a vida e o lucro. É a vida ou o lucro, e nós estamos ao lado da vida" disse, assinalando que isso separa mais de 95% da sociedade dos demais, no máximo, 1 a 3 por cento.

É impensável que, no momento que a gente caminha para o pico dessa pandemia, algumas cidades comecem a pensar no fim do isolamento social, na reabertura do comércio. O que há de mais importante do que salvar vidas? Não é retórica dizer que a vida está acima dos lucros. É necessário defender que todos os trabalhadores e trabalhadoras, seja da iniciativa privada, seja do setor público, que não estão nos serviços essenciais, fiquem em casa. Os trabalhadores que precisam estar nas ruas, precisam ter condições para isso, transportes vazios para levar para o trabalho e equipamentos de proteção

Eblin Farage, professora da UFF e secretária-geral do Andes-SN, no 1º de Maio.

O isolamento físico não significa isolamento social. Estamos juntos na luta, apesar de fisicamente distantes. O período de isolamento precisa ser um momento de afiar as nossas armas de enfrentamento ao capital sob todas as suas formas, ainda que nesse momento seja mais importante tratar a pandemia: garantir o isolamento físico, recursos para os trabalhadores, que todo recurso público vá apenas para políticas públicas direcionadas pelos setores públicos e que não vá mais para os setores privados. E enfrentar o profascismo, enfrentar esses dois elementos é necessariamente enfrentar o capital. A vida deve estar sempre acima do lucro

Virgínia Fontes, professora aposentada da UFF e da UFRJ, no 1º de Maio.

Saúdo os trabalhadores da UFF, os professores, grande parte deles envolvidos em estudos e pesquisas de enfrentamento da pandemia, e os técnicos-administrativos, com destaque especial àqueles e àquelas que atuam no Hospital Universitário Antonio Pedro - em memória às nossas camaradas que, infelizmente, vieram a perder suas vidas por conta desse enfrentamento do vírus, sem equipamentos adequados de segurança. Nesse 1º de Maio, é preciso ressaltar a importância dos profissionais que estão na linha de frente para enfrentar o vírus, enquanto a gente tem governantes que falam 'e daí' [para a morte de milhares de pessoas]

Carlos Augusto Aguilár Junior, diretor da Aduff, no 1º de Maio.

Aduff apoiou e participou de atos do 1º de Maio sem políticos que atacam trabalhadores

A Aduff-SSind e o Andes-SN participaram do esforço político para realização de atos virtuais unitários do 1º de Maio, Dia Internacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras. No entanto, a opção das centrais sindicais CUT, Força Sindical, CTB, entre outras, de convocar políticos como Davi Alcolumbre (DEM-AP), presidente do Senado, Rodrigo Maia (DEM-RJ), presidente da Câmara, e o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) tornou isso impossível para estas entidades.

Tanto a Aduff quanto o Andes-Sindicato Nacional dos Docentes

consideraram inaceitável que o dia mundial da classe trabalhadora seja marcado pela participação de políticos que vêm atuando para eliminar direitos dos trabalhadores. No dia seguinte, aliás, Alcolumbre, que acabou não indo ao ato, liderou a aprovação do projeto que congela salários e veda concursos públicos.

A Aduff apoiou e participou de três atos classistas: dos Fóruns de Niterói (Sindical e Popular; da Saúde; e de Luta Pela Moradia), da CSP-Conlutas e Intersindical-Instrumento de Luta, e do Fórum Nacional em Defesa de Direitos e das Liberdades Democráticas.